



## REPASSE DE SUBSÍDIOS E TARIFA ZERO: DESAFIOS E TRANSPARÊNCIA NO TRANSPORTE PÚBLICO

*Paulo Rogério da Silva Monteiro  
Victor Lima Migliorini*

O transporte coletivo desempenha um papel fundamental na mobilidade urbana dos municípios brasileiros. A forma como esses sistemas, incorporados à mobilidade urbana, são estruturados e operados impacta diretamente na qualidade de vida dos cidadãos e na eficiência das cidades.

Apesar da importância dos transportes coletivos no Brasil, historicamente foram organizados com o mínimo de eficiência necessário para realizar o transporte diário das pessoas, sem haver preocupação também com aspectos de qualidade e acessibilidade. Nesse sentido, os municípios brasileiros, bem como os operadores dos sistemas, enfrentam atualmente desafios para satisfazerem as crescentes demandas de mobilidade dos usuários e as expectativas deles por buscarem níveis de serviços cada vez maiores.

Tais desafios acentuaram-se com a pandemia do COVID-19 e a consequente redução da demanda de passageiros transportada durante a fase mais restritiva. Desde então, os sistemas de transportes públicos coletivos urbanos (TPCU) por ônibus enfrentam desafios substanciais que resultam em déficits operacionais consideráveis. Para exemplificar, segundo levantamento<sup>1</sup> realizado pela Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), em 2023, a demanda média transportada pelos sistemas das principais capitais brasileiras estava 17% inferior à média de 2019, período imediatamente anterior à pandemia. Diante desse cenário de crise, tornou-se cada vez mais imperativo que as autoridades públicas intervenham e subsidiem esses sistemas, a fim de assegurar sua sobrevivência e a manutenção dos níveis de serviço estabelecidos nas concessões. Ainda segundo a NTU, no Brasil, em janeiro de 2024, existiam 79 sistemas com subsídios definitivos, incluindo 20 capitais e municípios em regiões metropolitanas.

---

<sup>1</sup>NTU – Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos. Transporte público por ônibus: Impactos da pandemia de Covid-19 (fevereiro/2020 até abril/2023). Brasília, 2023.

Acrescentando a esse cenário, indicadores apontam queda recorrente na qualidade de atendimento aos usuários dos sistemas, devido, principalmente, à oferta e envelhecimento da frota operacional, conforme o Anuário da NTU do período 2022 – 2023<sup>2</sup>. Dessa forma, a pandemia não apenas exacerbou a vulnerabilidade financeira dos sistemas de TPCU por ônibus, que acumulam prejuízo de 36 bilhões de reais desde o início da pandemia, conforme destacado pela NTU, mas também tem funcionado como catalisadora para discussão ampla e necessária sobre como melhorar a qualidade e a confiabilidade desses serviços, abordando como tema central para a mobilidade urbana e a qualidade de vida.

Por isso, diante desse cenário, algumas prefeituras estão optando pela implementação da tarifa zero, dispensando a cobrança para todos os usuários. Um fenômeno que, embora pareça vantajoso para os usuários, e assim seja comumente propagado, também tem suscitado importantes reflexões sobre a viabilidade econômica e a capacidade de manter a qualidade e eficiência dos serviços com o passar do tempo. Atualmente, pouco mais de 100 cidades brasileiras adotam essa política tarifária, seja de forma permanente ou temporária.

Um grande desafio técnico é compreender mais profundamente a prática da tarifa zero nos municípios brasileiros. Além de se buscar estimar os reais impactos sobre a dinâmica econômica municipal, também é muito importante analisar a interação entre oferta e demanda após a adoção da tarifa zero. Ao eliminar a tarifa do sistema, a demanda pelo serviço inevitavelmente aumenta, levando a uma maior ocupação dos veículos e exigindo um aumento da oferta de viagens. Este aumento na operação do serviço acarreta incremento significativo nos custos operacionais para os municípios, uma vez que se tornam os únicos responsáveis pelos repasses financeiros para subsidiar o sistema.

Cabe destacar também que uma parcela significativa dos municípios enfrenta limitações orçamentárias que podem dificultar a sustentabilidade dessa política em longo prazo, pois os recursos disponíveis podem não ser suficientes para cobrir os custos crescentes do transporte público. Essa tensão entre a demanda crescente por um serviço gratuito e os recursos limitados disponíveis para financiá-lo representa um desafio fundamental para os governos municipais que consideram a implementação da tarifa zero.

Com a dependência crescente de recursos públicos para manterem esses sistemas em funcionamento, surge maior necessidade por avaliação mais rigorosa da eficiência dessas operações, pela necessidade de plena transparência dos valores repassados aos sistemas. A sociedade passou a abordar a necessidade de conversão em melhorias concretas na qualidade dos serviços oferecidos além de questionar a finalidade do financiamento público massivo, comumente acusando de ser uma benesse indevida para a empresa operadora.

---

<sup>2</sup>NTU – Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos. Anuário 2022 – 2023. Brasília, 2023.

Neste contexto, os cidadãos passam a exigir, cada vez mais, que o transporte público seja não apenas acessível, seguro e confiável, mas também transparente do ponto de vista das informações aos usuários quando às comprovações de custos e melhorias.

Desse modo, um desafio significativo surge quando se trata da transparência e disponibilidade de informações cruciais para os usuários e a sociedade em geral. Ao analisar os sites oficiais das prefeituras com esse método “tarifa zero”, fica evidente que, apesar desse cenário de forte aporte de subsídios aos sistemas de transporte coletivo, existe uma lacuna significativa na disponibilidade de informações essenciais sobre os sistemas de transporte coletivo. Muitas prefeituras, especialmente em cidades de menor porte, não apresentam sequer dados básicos, como quadro de horários ou número de linhas atualizados. Informações sobre quilometragem percorrida, custos (total ou por quilômetro), total do repasse (subsídio), são ainda mais escassas e difíceis de serem obtidas.

A falta de informações oficiais impacta negativamente na percepção de qualidade por parte dos passageiros. A confiança e a fidelidade dos usuários são prejudicadas pela ausência de dados operacionais, informações claras sobre subsídios mensais e dados de desempenho dos sistemas.

Além disso, a falta de transparência, principalmente em relação aos subsídios concedidos às empresas de transporte coletivo, colabora para a visão negativa para a população sobre o repasse de recursos públicos para o setor, contribuindo para uma percepção desfavorável quanto à efetividade dos recursos públicos e para maior desconfiança quanto ao destino do dinheiro.

A ausência de informações sobre a implementação da tarifa zero também dificulta a avaliação de sua efetividade como instrumento de benefício e integração social, além de gerador de dinamismo para a economia local. Não há dados claros sobre quantos passageiros foram atraídos pelo sistema, ou se os índices de lotação dos ônibus estão alinhados com as projeções. Isso é especialmente relevante, considerando os elevados custos e a parte significativa do PIB municipal destinada a essa prática.

Portanto, a pouca transparência nas informações acerca dos sistemas de transporte coletivo representa um desafio substancial que afeta a relação entre passageiros e serviços, bem como a percepção da população em relação aos investimentos públicos nesse setor. É imperativo que as prefeituras reavaliem suas práticas de divulgação de informações, tratando os usuários como clientes e fornecendo as informações necessárias para a construção de uma mobilidade urbana mais eficiente e transparente.

**“Este artigo expressa a opinião de seu autor, não representando, necessariamente, a opinião institucional da FGV”**